

Migrações e outros deslocamentos entre fronteiras: Trajetórias de pescadores tecendo pertencimentos em Guaíra - Paraná¹

Robson Laverdi*

Resumo: Este artigo discute dimensões relacionais da experiência da migração e de outros deslocamentos, a partir da narrativa de uma trajetória individual/familiar de um pescador/ribeirinho de Guaíra, na fronteira do Brasil com o Paraguai, via História Oral. No escopo dessa leitura, procura dar visibilidade a uma série de situações de conflito constitutivas deste cotidiano entre tantas transitoriedades que caracterizam o Oeste do Paraná nas últimas décadas. Tais dinâmicas narradas são particularmente inquietantes uma vez que desnudam uma plêiade de contradições que se re-editam neste espaço. Almeja, deste modo, pensar historicamente fissuras e dissensos imbricados no campo da memória e experiência social de luta por fixação e pertencimento nessa fronteira prenhe de tensões.

Palavras-chave: Fronteira, Migração, Oeste do Paraná

Antes de entrar aqui na beira do rio a gente foi criado em boia-fria, trabalhando na roça, que nem eu falei quando agente morava lá em São Paulo pra lá. De lá a gente veio, paremos aqui em Goioerê. Aí de Goioerê nós fomos pra Campo Mourão tiremos alqueire de café. Aí de Campo Mourão nós viemos aqui pra Altônia, tiremos mais uma colheita ali. E dali foi quando nós viemos pra cá. A gente nem conhecia Guaíra aqui, nem nada. Dali nós conhecemos o vizinho ali, que era aqui de Guaíra. Aí ele ia voltar pra cá e conversando com o pai, com a mãe, falando que era um lugar bom de viver, lugar bom de viver e tal... Aí foi quando nós acabou aquela colheita de café e viemos pra cá. Mas nem conhecia não pra cá. Aluguemos uma casa aqui no [bairro] Santa Paula aí. E daí dali foi onde que nós foi conhecendo o povo, pegando conhecimento daqui e tal. Foi quando daí nós veio ver esse riozão...

Roselino, 34 anos, pescador, Guaíra, 2006.

O relato acima, a partir do qual inicio essa discussão, foi concedido na ocasião em que fazíamos uma pesquisa mais ampla e de caráter interdisciplinar, com pescadores que viviam às margens do Lago de Itaipu, no âmbito da fronteira geográfica entre o Brasil e o Paraguai.² A entrevista foi gentilmente concedida em 24 de junho de 2006, logo depois de uma tímida e generosa

Abstract: This article discusses dimensions of the migration experience and other displacements based on the narrative of an individual/familiar trajectory of a fisherman from Guaíra, in the border of Brazil and Paraguay, through the Oral History. In the scope of this text, it is intended to show a series of conflict situations of the daily life among other transitorities that characterize the West of Paraná in the last decades. Such narrated dynamics are particularly disturbing because they show a plead of contradictions that are reedited in this space. It looks therefore to historically think rifts and dissents stabilized in the memory field and the social experience of fighting for settlement and belonging in this border full of tensions.

Key words: border, migration, West of Paraná

acolhida na modesta casa da família desse pescador, situada nas proximidades do então tradicional Ponto de Pesca da Prainha, localizada na cidade de Guaíra. Cabe dizer que o local de moradia e trabalho fica encravado bem entre a fronteira entre os estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, no extremo sul do Parque Nacional de Ilha Grande, doravante PNIG.

A narrativa foi concedida pelo ainda jovem pescador Roselino (34), na companhia de sua esposa Edna (33), com a qual e mais três filhos habitavam, à época da entrevista, uma área de ocupação bem na cabeceira da área urbana daquela municipalidade. Interessa-me discutir, a partir dessa trajetória familiar e de outras situações conflituosas da experiência social dessa fronteira, trazidas por noticiários da imprensa nacional ou regionais. Busco pensar questões evidenciadas a partir e no relato individual/familiar de Roselino, no escopo de situações e dinâmicas correlacionais mais amplas, da migração e outros deslocamentos vividos, forçados ou voluntários, que demarcam, na contemporaneidade, sentidos políticos profundos de luta pela fixação e pertença nessa região.

Tais dimensões narradas, e nesse texto discutidas, são particularmente inquietantes na medida em que desnudam uma plêiade de contradições que são

¹Esse texto foi apresentado durante o *Colóquio Internacional Migrações e outros deslocamentos no Oeste do Paraná e na Argentina*, promovido pela Linha de Pesquisa Práticas Culturais e Identidades – Mestrado em História, ocorrido em abril de 2008 na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Mal. Cândido Rondon.

²Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon. Email robson_laverdi@hotmail.com

³Projeto de pesquisa institucional na UNIOESTE intitulado *História, Memória e Linguagem: O Cenário de Pescadores de Guaíra*, desenvolvido entre os anos de 2006 e 2007, por Clarice Nadir von Borstel, Geni Rosa Duarte e Robson Laverdi.

cotidianamente re-editadas num plano de itinerâncias ativadas pela e na realidade presente. Instiga-me, sobretudo, pensar historicamente as fissuras e os dissensos, que por sua vez se imbricam no campo da memória e experiência social nessa fronteira prenhe de tensões.

Em termos reflexivos, operar análises a partir de noções por vezes já cristalizadas em torno da migração se constitui num desafio metodológico crucial para pensar essa fronteira entre tantas outras fronteiras simbólicas conflitivas nelas imbricadas e justapostas. Vale considerar, por um lado, de que se trata de uma realidade fronteira polissêmica e complexa. Essa, por sua vez, se institui numa dinâmica espacial e temporal imbricada por sentidos políticos dominantes, em muito articulados ao processo histórico perverso de ocupação dessa área enquanto fronteira brasileira a partir dos 1940. Cabe dizer que essa ocupação foi de muitos modos espetacularizada em sua ação “civilizatória” da *Marcha para Oeste*, durante o governo Vargas. Não se pode também deixar de considerar o seu passado ainda mais remoto e permitir se entrecruzar outras temporalidades. É o caso da ocupação dessa região do Oeste do Paraná nas cercanias de Guaíra, onde se circunscrevia no século XVI o território de domínio espanhol, por sua vez circunscrito no plano das *Missões Jesuíticas do Guairá*. Vale sublinhar o caráter fronteiro desenhando no início do século XX, com a ocupação pela Companhia Mate Laranjeira e as relações de trabalho nas *obrages*, como eram chamadas as empresas argentinas que exploravam a região, que imprimiam outros tantos deslocamentos de trabalhadores madeireiros e ervateiros brasileiros e paraguaios.

Por outro lado, em termos teóricos, trata-se também da fronteira entendida a partir da acepção sugerida por José de Souza Martins, como lugar de limiaridades, indefinições e conflitos diversos.³ Nessa trama de encontros e desencontros talvez seja pertinente falar em termos horizontais de uma fronteira historicamente marcada pelo entrecruzamento perverso de traduções da perda, da indiferença e da negação ao pertencimento, para indígenas, trabalhadores rurais e urbanos pobres, desempregados e outros tantos desgarrados, itinerantes sem eira e nem beira.

De algum modo, noções correntes sobre migração pressionam para compreensões estanques e circunscritas por sentidos fixos e/ou polarizados, em termos particulares àqueles mediados pelo tempo do antes e do depois, do lugar de origem e do de destino. Um olhar de fixidez sobre e nas interpretações do passado de uma sociedade, muitas vezes tende a resultar

em empobrecimentos na compreensão das dinâmicas socioculturais relacionais das realidades vividas. Essa questão pode assumir proporções adicionais quando lidamos com narrativas orais que as interpretam. É sempre difícil desvelar aqueles sentidos que não estão situados na epiderme das situações/tensões narradas por si mesmas. Desvelar alguns desses caminhos tortuosos, presentes e atuantes na tensão existente entre a narrativa e a ação a que essa institui na vida social é uma questão deveras emblemática, como asseverou Paul Ricoeur.⁴

Há algum tempo venho me colocando ao desafio do historiador em lidar com as itinerâncias como dimensões constitutivas da memória/experiência migratória. Em termos práticos, como uma forma de narração atuante das e nas experiências sociais vividas no Oeste do Paraná, especialmente nas últimas quatro décadas.⁵ Em meus estudos sobre tais dinâmicas e viveres urbanos que as envolvem, tenho buscando contornar a sempre emblemática questão dos usos interessados, em alguns casos plantados no interior da prática acadêmica, sobre um presente que dá as costas ao passado dessa fronteira no colo de seus sentidos transformadores, principalmente quando estes são tomados como já encerrados, enquanto uma formação social já dada.

Há que dizer que a noção de fluxo migratório, que a essas se relacionam, muitas vezes colaborou para generalizações e conformações políticas de toda ordem. Até porque, como também venho atentando, os sujeitos com os quais tenho conhecido suas trajetórias e experiências, as matizam num plano de re-elaboração ativa quanto aos sentidos de permanência/pertença a essas fronteiras que se entrecruzam, questionando justamente as forças cristalizadas que filtram este passado. Nesse campo sulcado por tais questões, tateia-se no desafio aprendiz de pensar e fazer História Oral enquanto uma metodologia dialógica de compreensão das temporalidades do vivido, sempre preocupada com as disputas que se dão no tempo presente, tal como atenta Alessandro Portelli.⁶

Nesse caminho, tenho procurado uma reflexão intersticial com Raymond Williams, principalmente em sua senda de preocupação com aquilo que chamou de *social constitutivo*, tecido como processo ativo em *estruturas de sentimento*. Como denotou o autor, a maioria das descrições ou análises sobre a cultura e a sociedade é traduzida correntemente no tempo passado.⁷ Nesses termos, a barreira que se oporia ao reconhecimento da atividade cultural humana é a sua conversão imediata e regular da experiência em uma série de produtos acabados. Em suas próprias palavras, “cuando comenzamos a comprender el dominio de este

³MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. Rio de Janeiro, Contexto, 2009.

⁴RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas, Papyrus, 1994, 3 v.

⁵LAVERDI, Robson. *Tempos diversos, vidas entrelaçadas: trajetórias itinerantes de trabalhadores no Oeste do Paraná*. Curitiba, Aos Quatro Ventos, 2005.

⁶PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa et al. *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D’água, 2004.

⁷WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Barcelona, Península, 1988.

procedimiento, a examinar su aspecto central y de ser posible a superar sus márgenes, podemos comprender, de un modo nuevo, la separación existente entre lo social y lo personal, que constituye una modalidad cultural tan poderosa y determinante.”⁸

Interessa-me destacar nessa interlocução como tais questões suscitam novas reflexões sobre os sentidos de pertença narrados. Isto porque ao narrarem suas experiências, como faz Roselino, os sujeitos não emolduram suas trajetórias ao tempo passado, embora o façam sempre em relação a ele. Mas, sim e oportunamente, ao modo como articulam ativamente à linguagem e à memória que os constituem como sujeitos ativos no tempo presente em que vivem e o interpretam.

Tentemos então penetrar no universo social da itinerância vivida por Roselino e sua família. Antes mesmo de sua chegada à Guaíra, na década de 1980, o entrevistado já havia perambulado entre as regiões Centro-Oeste e Noroeste do Paraná sem conseguir se fixar. Embora essa dimensão seja importante, essa não pode silenciar outras situações de sua empreitada na vida social dessa cidade e das suas cercanias transfronteiriças.

A primeira delas, talvez, diz respeito ao fato de que quando chegou à Guaíra, a cidade vivia um momento crítico de dispersão populacional em razão, além de outras, da crise do setor econômico de turismo. Naquele momento da chegada de Roselino acontecia a inundação de *Sete Quedas* para dar lugar ao reservatório artificial de Itaipu, tido como um dos maiores do planeta. Cabe lembrar que *Sete Quedas* na década anterior havia se constituído num dos roteiros turísticos mais visitados do país. Foi a partir da segunda metade da década de 1970, em face da ameaça iminente que projetava a perda de tão estonteantes cachoeiras, produziu-se uma corrida desenfreada no setor econômico do turismo. Tal movimentação havia trazido consigo investimentos de relativa monta para dar conta dos interesses multiplicados em face da futura extinção das quedas durante o governo militar.

Embora tendo nascido numa área distante e pouco articulada aos “fluxos migratórios” sulinos tradicionais do Oeste do Paraná, ou seja, da região metropolitana do ABC Paulista, em 1975, Roselino logo foi advertindo que Santo André “nem conheci lá, veio pequeno, tem até uns parentes lá, meu avô... Nem conheço, nem sei como era pra lá e nós saímos de lá já era pequeno.” Ainda criança, “viemos pra cá nós morava na barranca [do rio] lá e tocava terra na vila, pescava pra riba. Daí que nós tivemos que desocupar lá. Foi daí que nós mudamos pra cá e estamos até hoje”. No momento seguinte insistiu que “a infância da gente mesmo, toda vida foi na roça. Na roça aí pescando, fazendo plantação.

Igual eu falei pra você nas ilhas [nas cercanias do PNI]”.⁹ Como denotou Roselino, sua trajetória já se dava desde a infância marcada pela transitoriedade.

Esse lugar, por sua vez, fica localizado bem na extremidade à esquerda entre a Ponte Ayrton Sena e a cidade de Guaíra. Local esse onde também se demarcam e se ultrapassam outras fronteiras. Uma delas há de se denotar, demarcada entre o limite territorial final do então Lago de Itaipu com o início/prolongamento do Rio Paraná, estabelecido com a ponte entre os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. A outra pode ser apontada entre o espaço da então *Vila Velha*, antigo bairro de moradia dos trabalhadores da Companhia Mate Laranja que “colonizou” a região, ainda no começo do século XX, e a área central de Guaíra. Situada entre o espaço lacustre e a zona urbana, na *Prainha*, uma boa parte dos moradores entre estes envolvidos com a atividade pesqueira, que sofrem com as imagens segregacionistas nessas dinâmicas relações citadinas de fronteira.

Torna-se preciso sublinhar, primeiramente, por um lado, o acesso “privilegiado” à fronteira que se abre às portas do país em Guaíra em relação ao crime organizado e ao contrabando, principalmente de cigarros, armas e drogas que provem do lado paraguaio, sobre as quais muitas formas de silêncio imperam. Este silêncio muitas vezes só é quebrado por situações de extraordinária repercussão nacional e internacional.

Em relação a esse aspecto, cabe recordar da chacina ocorrida recentemente nas imediações do Lago, que ganhou uma relativa repercussão nacional. Como destacado por um dos noticiários virtuais de grande acesso nacional: “Quinze pessoas - 13 homens e duas mulheres - foram mortas no início da tarde dessa segunda-feira (22) em Guaíra, no Oeste do Paraná, na fronteira do Paraguai. O crime teria sido cometido por homens encapuzados que invadiram a favela de Vila Santa Clara, próxima ao lago de Itaipu”.¹⁰

Embora a tragédia tivesse se dado numa propriedade rural situada há 7 km de Guaíra e a 3 km do Rio Paraná, imediatamente uma fonte de imprensa buscou situá-la na “favela de Vila Santa Clara”, dando mostras, ainda que de modo fragmentário, aos sentidos convexos de pertença vividos nessa fronteira. Interessa esclarecer que a dramaticidade do fato, por sua vez, não pode ficar restrita a uma simples questão de conflituosidade acerca de onde “exatamente” este teria acontecido. Igualmente, não pode deixar de ser pensada como uma questão relativa à espacialidade da segregação e outras disputas, que em termos práticos pode validar ou não as pertenças nesse chão de conflitos.

⁸Idem, p.150. Tradução minha: “Quando começamos a compreender o domínio desse procedimento, a examinar seu aspecto central e de ser possível a superar suas margens, podemos compreender de um modo novo, a separação existente entre o social e o pessoal, que constitui uma modalidade cultural tão poderosa e determinante.”

⁹Entrevista com Roselino, concedido à Geni Rosa Duarte e Robson Laverdi, em 24 de junho de 2006, na cidade de Guaíra, Paraná.

¹⁰Disponível em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2008/09/22/ult5772u850.jhtm>, acessado em 12 de junho de 2009.

Cumprido destacar que as cenas de violência se constituem numa dimensão muito presente (e atuante) na espacialidade dessa fronteira. Muitos pescadores de Itaipu residem na faixa marginal lacustre entre o *Porto Paragem* e a *Vila Santa Clara*, conhecida também como *Vila dos Pescadores*. No depoimento de uma sobrevivente do massacre, que circulou amplamente pela internet, enquanto testemunha ocular deu-se conta de que “com a filha de 2 anos em uma mão e um menino de 9 anos no outro, Luana*, [nome fictício] 16 anos, andou pelos brejos próximos ao lago Itaipu, em Guaíra, durante uma hora e meia até encontrar um carro da Polícia Militar na tarde de anteontem.”¹¹ Tal relato, cuja força narrativa foi amplamente divulgada pela imprensa, para os termos dessa discussão, dá conta não apenas do ato de violência em si, mas também de outras dimensões da experiência da entrevistada ao viver essa espécie de marginalidade “pelos brejos próximos ao lago Itaipu”.

No âmbito dessa apreensão da marginalidade e transitoriedade vividas importa voltarmos ao relato de Roselino. Na ocasião da entrevista, encontrava-se muito preocupado com o anúncio de remoção de sua família para um local retirado e distante daquela ambiência da pesca. O incômodo se justificava “porque nós pesca e aquele lugar longe do rio. Daí pra ir pra lá não tem como! A gente é pescador, daí sai daqui, ainda tem que pagar, dar cinquenta real todo mês. Daí ir pra lá não tem como, a gente é pescador. Daí sair daqui, ainda tem que pagar! Dá cinquenta real todo mês, ainda que a gente vai mudar, então não tem como”.¹² Para Roselino, a mudança parecia inevitável, todavia se “eles dão o dinheiro pra gente que agente compra [a casa].”

A questão suscitada pelo pescador Roselino colocava-se em relação ao modo como a desocupação lhe foi apresentada pelo poder público municipal de Guaíra, que de algum modo planejava retirar os moradores daquela área para outra área “lá quase na saída da cidade”. Nas suas próprias palavras:

Daqui nos já sai ta dentro do bote. Sai dali de dentro do bote já estamos em casa. E daí se leva nós lá pra cima vai fica mais fora de mão. Pra levar traia, trazer, tem que ta pagando pra levar traia. Negócio vai fica ruim pra nós. Vamos ter que sair daqui e a gente já ta no barraquinho velho da gente e lá nós vai ter que pagar, acho que anos... pagar. O prefeito paga a metade e nós vai ter que paga a outra metade. Daí o do mês vai ter que paga cinquenta reais... uma taxa.¹³

A preocupação de Roselino pareceu-me extrapolar a novidade trazida pela obrigatoriedade do pagamento da prestação da casa, o que não quer dizer que este também não era visto com um problema. Por

certo, não se tratava neste caso de valor da prestação da casa financiada para seus padrões, mas sim pela a ameaça vivida no presente para manter seu trabalho na extensão do rio Paraná.

Ao destacar os problemas que seriam adicionados à sua futura realidade, também não deixou de ser revelador o sentido atribuído ao processo que o levava a se tornar pescador naquelas dinâmicas: “é que nós, primeiro lugar quando nós chegamos aqui em Guaíra, primeiro lugar que nós foi morar, foi aqui nessa beira de rio. E agente não tinha prática no rio, agente foi criado boia-fria na roça aí, que nem eu falei.”¹⁴

Como procurou expressar Roselino, a ocupação na pesca provinha de uma dupla experiência de aprendizado: morar no ambiente ribeirinho e aprender a lidar com a atividade profissional com a pesca, uma vez que até então sua lida era no meio rural. De algum modo, é preciso observar que além de aprendizado que a atividade lhe exigiu, a pesca se instituiu numa espécie de complemento de renda às atividades da lavoura de subsistência.

Na vivência ribeirinha, “a infância da gente mesmo, toda vida foi na roça aí, pescando, fazendo plantação, igual eu falei pra você nas ilha. [...] Nós plantava nas ilha, pescava, tinha arroz, feijão, plantava vassoura, plantava de tudo... mandioca. Mas a infância minha foi passada sempre no rio mesmo, sempre lutando.” É a partir dessas experiências “que nós viemos pra cá, nós morava na barranca [do rio] lá e tocava terra na vila pescava pra riba. Daí que nós teve que desocupar lá, foi o dia que nós mudamos pra cá [Praina].” Nessa época, “não tinha condição de comprar motor nem nada assim, nem nada nesse tempo aí. Nós tava começando! Aí nós fomos pescando aí, vendo como que os outros pescava e fomos pegando o jeito da situação.”

Como se pode perceber no relato, o trabalho como pescador não estava instituída na experiência desse narrador, *fazendo-se* enquanto um aprendizado em meio ao campo de relações e tensões tecidas nas fronteiras entre o vivido e sua atividade laboral que constituiu posteriormente. Interessante notar, assim, como a força do relato atua no sentido de denunciar como precisou vencer as barreiras vividas tais como a migração, o trabalho da pesca, a mudança de lugar, a ameaça de perder a moradia no tempo presente, entre outras.

A desocupação mencionada pelo relato, a que tudo indica, está relacionada ao processo de constituição do PNIG, que se deu em 1997. Esse, por sua vez, é hoje considerado uma unidade conservação de proteção ambiental integral, com uma área de aproximadamente 78.875 ha, situado na divisa dos estados do Paraná e

¹¹ Disponível em <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=811037&tit=Quem-ia-chegando-eles-iam-matando>, acessado em 12 de junho de 2009.

¹² Entrevista com Roselino, concedido à Geni Rosa Duarte e Robson Laverdi, em 24 de junho de 2006, na cidade de Guaíra, Paraná.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

Mato Grosso do Sul (Ver Mapa 2).¹⁵ O decreto de sua criação foi assinado durante o então governo Fernando Henrique Cardoso, o que foi muito comemorado por ambientalistas e simpatizantes.

Interessa destacar também como essa fronteira é vista e se faz representada pelo olhar externo à essas dinâmicas vividas por homens e mulheres reais entre essas e outras outras fronteiras. Na tentativa de contrapor imagens e experiências, gostaria de colocar em destaque o artigo de Marcos Sá Corrêa escrito para a revista *Veja*, em 1997:

Hoje, aquela linha imaginária é visível a olho nu, da janela de um avião, riscada pelas grandes plantações que rasgaram o chão do oeste paranaense. Onde termina a última árvore protegida por lei começa, como se fosse riscada a régua num mapa, a divisa amarela da fronteira agrícola. Ilha Grande já vem ao mundo, por isso, acolchoado em mais de 1 milhão de hectares de áreas protegidas por um regime em que o governo, sem necessariamente desapropriar terras, restringe-lhes o uso.¹⁶

Ao final do argumento publicado pela *Veja*, fica evidenciado um leque ampliado de contradições. O olhar do jornalista pode ser entendido como o “outro” que vê a região e a descreve a partir de um sentido de quase inteira passividade. A outorga de proteção ambiental estaria fundada por um regime social de uma suposta ausência de conflitos; afinal, tudo fora feito “sem necessariamente desapropriar terras, [apenas] restringe-lhes o uso”. Colocado em contraponto com o relato de Roselino, denota-se que a realidade que se molda em torno da criação do PNIG é muito diferente, por sua vez, permeada pela tensão e conflitos. Além é claro, do olhar centrado na natureza com a presença do homem fora dela, que tomado a contrapelo chama a atenção pelo modo como faz entrever uma ausência de seres humanos. Afinal:

São 78.000 hectares povoados por capivaras, jacarés, antas, bugios, lontras e onças - para não falar nas inumeráveis espécies de aves e peixes - no meio do Rio Paraná. Estarem ali já é quase um milagre de sobrevivência. Visto de cima, ele é um santuário natural devassado por cidades e fazendas. Em certos lugares, vê-se do helicóptero, ao mesmo tempo, manadas de cervos-do-pantanal pastando nos banhados selvagens e, do outro lado do rio, campos plantados com soja.¹⁷

Entretanto, nos termos apresentados uma outra questão de fundo aparece tão ou mais reveladora:

Explica o prefeito de São Jorge do Patrocínio, Cláudio Pallozzi: "Nós estabelecemos uma APA [área de preservação ambiental] nas várzeas, obrigamos os fazendeiros a tirar o gado das ilhas, compramos jipes e barcos para fiscalizar a caça e a pesca comercial. Em quase três anos, apreendemos 160 carabinas e 20.000 metros quadrados de redes". Isso lá é programa de político? Ele esclarece: "Em princípio, acho que essa repressão nos custou alguns votinhos. Mas eu estou há trinta anos aqui e estava acostumado a ver que, sempre que o rio enchia, era preciso recolher como flagelados os moradores das ilhas. Era mais simples e seguro tirá-los de lá. Com o argumento da ecologia, removemos, só da parte do arquipélago que pertence a São Jorge do Patrocínio, 110 famílias. Recentemente encomendei uma pesquisa de opinião pública sobre o programa. A maioria da população passou a apoiá-lo". Foram os prefeitos da região que instigaram, com um abaixo-assinado, a decretação do parque nacional.¹⁸

A atividade pesqueira profissional é uma prática muitas vezes concebida socialmente a partir de sentidos fixos de pertença identitária para aqueles que nela ou dela se fazem ou sobrevivem. Imagens idealizadas sobre usos e práticas costumeiras de convívio cultural harmonioso entre os homens e o meio ambiente, sobrepostas a interpretações generalistas que buscam driblar zonas de evidentes contradições.

Para além da boa intenção, as interpretações e práticas pautadas pelo sentido de consenso são retroalimentadas cotidianamente pela conveniência política. Ultrapassada a imaginação romanceada, é possível abrir sendas de visibilidade para sentidos sociais de experimentação constituídos por sujeitos, em realidades de desas-sentamento nas fronteiras expansionistas de ocupação do Oeste do Paraná, na vizinhança com o estado do Mato Grosso do Sul e Paraguai.

Ocupada intensivamente a partir da década de 1950, por muito tempo a região Oeste do Paraná foi reverenciada, principalmente em circuitos internos de suas comunidades políticas, como modelo de expansão da fronteira agrícola nacional. Essa marcação foi espetacularmente evidenciada em razão de uma suposta divisão fundiária estruturada na pequena propriedade agrícola de mão-de-obra familiar, feita por migrantes e descendentes, originários dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tidos como portadores de uma particular vocação para a lida agrícola.

É digno de destaque o caso de Roselino e de outros pequenos lavradores, entre esses posseiros e ribeirinhos que vivem permanentemente numa teia

¹⁵O PNIG abrange os municípios de Guaíra, Altônia, São Jorge do Patrocínio, Vila Alta, Icaraíma e Querência do Norte, no Paraná, e Mundo Novo, Eldorado, Naviraí e Itaquiraí, no Mato Grosso do Sul, criado pelo Decreto Federal s/n.º de 30 de setembro de 1997. Disponível em: http://www.maternatura.org.br/qfazemos/projetos/proj_pnig.htm, acessado em 3 de fevereiro de 2009.

¹⁶Revista *Veja*, Seção Ambiente, 1997. Disponível em http://veja.abril.com.br/011097/p_088.html, acessado em 4 de fevereiro de 2009.

¹⁷Idem.

¹⁸Idem.

marginal de transitoriedades, assim como outras situações excludentes que os fizeram e fazem experimentar a extrema carência material e a negação de suas pertencências culturais. No relato de Roselino fica muito evidente o fato de que estes trabalhadores ao mesmo se engendraram e foram engendrados num processo perverso de mudança de suas atividades ocupacionais próprias da vida rural para a atividade coletora da pesca como condição de sua reprodução social nessa fronteira.

Entretanto, é preciso também uma atenção para perceber que este processo narrado não é estanque. A promessa/pressão para a transferência da família de Roselino das margens do Lago para outro lado da cidade, longe da reprodução de sua atividade constituída, conforme demonstrou, deixa claro que o que está em risco na contemporaneidade é, também, a permanência na ocupação como pescador.

No campo das transitoriedades vividas nessa fronteira entre muitas outras fronteiras devemos nos calçar de outros argumentos tão ou mais impactantes. Além da construção de Itaipu, que desenhou uma verdadeira trama junto a outros processos de acumulação excludentes e segregacionistas, como a própria *tecnificação* desigual presente (e atuante) nas relações de trabalho no campo, desde o final dos anos 1960. O problema que chama atenção, e que se constitui no foco de análise desse artigo, está no fato de que a experiência migratória vivida de forma itinerante, bem como a mobilidade ocupacional, não deixa de se fazerem mediadoras de expectativas de pertencimento nos diversos processos de luta pela fixação nesse cenário de profundas contradições.

Passadas quase três décadas desde formação do reservatório de Itaipu, a atividade pesqueira não apenas passou a significar uma possibilidade concreta de permanência para os sobrantes desta lógica, como também foi concebida como alternativa por esferas institucionais e outras entidades situadas no campo da intervenção política. Implicitamente, passou-se a se consubstanciar na vida política, especialmente órgãos federais ligados ao acompanhamento da pesca e da própria Itaipu, além dos poderes públicos municipais, uma aposta na atividade pesqueira enquanto uma alternativa, como espécie de reparação às populações desas-sentadas. No jogo das correlações de forças eivadas nesse social, o grande problema é a força desmedida assumidas por tais argumentos funcionais do alternativo esmaecem os significados sociais de pertença disputados por tais agentes. Em outras palavras, amordaça-se a crítica de contundência em favor do protecionismo concessório.

Daí decorre uma necessidade de revisão de perspectiva. Constitutivamente, devem também ser

consideradas como importantes as recentes transformações no campo da atividade social e política a que se articulam nesse cenário de embates. Uma delas, diz respeito às novas formas de organização da categoria dos pescadores profissionais, que passaram a se engajar nas colônias pesqueiras situadas na extensão lindeira de Itaipu.¹⁹ A outra, que decorre da primeira, acerca do alcance, na esfera pública, do discurso reparador eivado pelos sentidos de acompanhamento assistencial aos pescadores. Em outras palavras, é preciso dizer que o discurso e práticas assistenciais, por vezes transformadas em políticas reparadoras, não são uma concessão dos poderes públicos, instituições e/ou entidades preocupados com a “causa” dos pescadores. Em muitos casos representam uma moeda de troca negociada em face da pulsão das lutas desses trabalhadores nesse chão histórico. Um exemplo desse processo é a organização, pela Colônia de Pesca Z-13, de Guaíra, em luta pelo pagamento de uma antiga indenização aos pescadores. Em fevereiro de 2008 uma manifestação foi organizada por

Parte da população de Guaíra, a cerca de 640 quilômetros de Curitiba, no noroeste do Paraná, fechou, entre as 8 e 16 horas de ontem, a *Ponte Ayrton Senna*, que liga a cidade a Mundo Novo (MS). Pelo local passam diariamente cerca de 2.700 veículos, muitos deles transportando a SAFRA agrícola do Centro-Oeste do País e do Paraguai para o Porto de Paranaguá. Os manifestantes protestavam contra a violência na cidade paranaense e a falta de pagamento de indenização aos pescadores, que alegam prejuízo com a abertura de um canal em 1996 para a construção de uma hidrovía.²⁰

O ato político constitui-se numa ação conjunta movida pela Colônia de Pesca Z-13 junto com a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Guaíra. Segundo teria declarado o presidente da entidade patronal, Jair Schllemer, “estamos implorando pela segurança”, afirmou. ‘Infelizmente, chegamos ao extremo de fechar a ponte, mas tudo é motivado pelo desespero’. Segundo a Polícia Militar (PM), no ano passado foram 28 homicídios em uma população de cerca de 28 mil habitantes.²¹ Além da mobilização para a atenção ao problema da violência vivida naquela fronteira, que coaduna com as dimensões vinha atentando:

Os pescadores uniram-se ao protesto para cobrar o pagamento da indenização prometida pelo governo estadual em 1996, quando foram destruídas rochas submersas a fim de tornar o rio navegável. Como se previa que o impacto ambiental seria grande, eles entraram com ação civil pública. A Justiça determinou

¹⁹LAVERDI, Robson. Sentidos políticos de ser pescador no Lago de Itaipu. In: FENELON, Déa et al. *Outras Histórias: Memórias e Linguagens*. São Paulo: Olho d' Água, 2006.

²⁰Jornal *A Tarde*. Disponível em <http://www.atarde.com.br/brasil/noticia.jsf?id=836964>, acessado em 12 de junho de 2009.

²¹Idem.

que o governo estadual pague R\$ 9,5 milhões por causa da redução na pesca.²²

Interessa-me destacar um elemento de configuração política que deve extrapolar a análise apressada quanto ao estranhamento à junção, ainda que pontual, dos pescadores àquela entidade patronal de Guaíra. A demanda por segurança pública, canalizada pela Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Guaíra, em minha leitura foi na verdade apropriada pelos pescadores que já vinha há muito tempo reivindicando direitos conquistados na justiça desde há muito tempo. Afinal, o que estava em questão para os pescadores era a continuidade da demonstração de força, que até então não havia resultado em ganhos, pois como foi verbalizado, "esta é a quinta vez que fazemos um protesto", disse o presidente da Colônia de Pescadores Zona 13, José Cirineu Machado."

Na fala dessa liderança dos pescadores à imprensa, por sinal, muito respeitada entre e pelos pescadores de Guaíra, fica evidente a preocupação de mostrar o quanto aquela manifestação feita em conjunto com aqueles setores empresariais não se constituía numa atividade política apressada de última hora, mas sim calcada num plano mais vasto de pressões organizada pela categoria por várias vezes.

Gostaria de sublinhar, entretanto, que a atividade profissional pesqueira no Lago de Itaipu passou a ser dedicada em sua maioria por aqueles que antes viviam de alguma maneira no campo, exercendo a atividade agrícola familiar e/ou de subsistência, enquanto pequenos proprietários rurais, arrendatários ou mesmo posseiros. Nesse âmbito de transformação econômica e social é preciso ponderar acerca do aumento expressivo do número daqueles que passaram a sobreviver exclusivamente da pesca. Apenas para se ter uma noção desses números, de pouco mais de cem pescadores antes da formação do reservatório para a quantia aproximada de mil trabalhadores nessa primeira década do século. Este número precisa ser revisto quando considerado o caso daqueles que compatibilizam a pesca com outras atividades produtivas, tanto no meio rural como no urbano.

O esquadro ampliado dessas transformações de maior espectro não pode ser analisado somente levando em consideração a mudança exclusiva nas práticas de sobrevivência, de uma forma de agricultura para uma outra com característica de coletora, como por vezes é conhecida economicamente na contemporaneidade a atividade pesqueira. Do ponto de vista que me mobiliza nesse texto, numa forma de assento analítico, tais processos carecem de ser compreendidos a partir das experiências vividas nessas situações e realidades, que continuam em aberto no presente.

A partir dessa entrevista com Roselino e de um corpo diverso de outras entrevistas que realizei nos anos de 2005 e 2006, com pescadores que vivem e pescam no Lago de Itaipu, particularmente na zona lacustre entre os municípios de Santa Helena e Guaíra, e para além deles, na extensão do Rio Paraná, descortina-se uma teia complexa de trajetórias e experiências de pescadores que desnudam a ausência de estabilidade, como por vezes é sustentada por agentes que atuam numa senda reparadora nesse campo.

Desde a década de 1980, quando construída a Usina Hidrelétrica de Itaipu, o número de pequenos agricultores, trabalhadores assalariados e desempregados pobres que passou a viver, parcial ou exclusivamente, da atividade pesqueira profissional no Lago de Itaipu ampliou-se de pouco mais de uma centena para mais de mil pescadores. Como podemos acompanhar pelo relato de Roselino, um desses sujeitos que vivencia a fronteira entre tantas outras fronteiras, a ocupação na pesca que hoje desempenha com dificuldades não foi e não é um dado em sua vida. Muito pelo contrário, resulta de todo um processo de lutas tecidas como pertencimento e fixação nesse solo prenhe de tensões. Embora o relato parta da individual, sua construção narrativa reconstitui todo um processo sociocultural de múltiplas dimensões e temporalidades.

Entre a força discursiva envolvida pelas imagens comemorativas acerca dos avanços ambientais e outras dinâmicas reparadoras, é possível tecer outras margens interpretativas que reivindicam outros olhares políticos de pertencimento social. Emolduradas por significações constituídas e constituintes por sujeitos históricos reais, que vivenciam essa espécie de esteira contínua de migrações e outros deslocamentos, ameaçadores da reprodução da vida social no tempo presente, e por certo, tão menos idílicas e complacentes, engendram dinâmicas e lutas constitutivas nessa paisagem social de fronteira, entre tantas outras fronteiras.

Nesse texto, juntando as pontas de processos aparentemente desconexos, como as carências materiais e as muitas formas de violência, são constitutivas de uma teia complexa de trajetórias, temporalidades e viveres que se fazem cotidianamente impregnadas pelas dimensões da transitoriedade e da provisoriabilidade. Mas, também e, sobretudo, ricamente subvertidas pela permanência inquieta, irrequieta e insistente desses sujeitos, onde se constituem num campo complexo produção de linguagem, experimentações e outras expressões da consciência social, enquanto lutas de pertencimento tecidas por homens, mulheres e suas famílias, que vivem, hoje, neste espaço, entre fronteiras, como pescadores.

Artigo recebido em: 30/06/09

Aprovado em: 25/08/09.

²²Idem.

²³Idem.